



Plataforma Brasileira de
Direitos Humanos Econômicos,
Sociais, Culturais e Ambientais

DHESCA BRASIL INFORMA - 31

Boletim informativo da Plataforma Dhesca Brasil – outubro de 2010
www.dhescbrasil.org.br

PLATAFORMA DHESCA BRASIL

- * PNDH 3: Ministérios apresentam pontos de atuação
- * Nota de repúdio às declarações de Antony Garotinho sobre o PNDH 3
- * Brasília recebe oficina sobre Indicadores e sobre o projeto Monitoramento de DH
- * ICCO apresenta novo responsável pela América Latina

RELATORIAS DE DIREITOS HUMANOS:

- * Cidade: Relatoria participa de Audiência sobre Núcleo de Proteção do Direito à Moradia
- * Terra: Relator visita sertão e conhece comunidades afetadas por barragens
- * Educação: Relatoria divulga informe preliminar sobre Intolerância Religiosa

PROTOCOLO FACULTATIVO

- * Espanha ratifica o protocolo e se torna o primeiro país europeu a aderir ao PF do PIDESC

PLATAFORMA DHESCA BRASIL

PNDH 3: Ministérios apresentam pontos de atuação

Nos dias 6 e 7 de outubro, a Secretaria de Direitos Humanos realizou a terceira reunião do Comitê de Monitoramento e Implementação do PNDH, com a participação de 11 dos 21 ministérios e de representações da sociedade civil, entre elas Plataforma Dhesca Brasil, MNDH e FENDH. Entre os participantes que representaram os ministérios, a maior parte demonstrou comprometimento com a efetivação do programa, inclusive indicando pontos prioritários e um prévio plano de ação.

A partir das indicações feitas, o grupo que compõe a Campanha pela Defesa e Implementação do PNDH 3 irá organizar um documento para defender pontos estruturantes do programa e reafirmá-lo enquanto uma ação do Estado Brasileiro. O documento será levado para a próxima reunião do comitê, marcada para o dia 4 de novembro.

:: Leia a **Nota de repúdio** às declarações de Antony Garotinho sobre o PNDH 3. Acesse pelo endereço: http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=313:nota-de-repudio-as-declaracoes-de-antony-garotinho-atacando-o-pndh-3&catid=119:noticias&Itemid=180

:: A Secretaria de Direitos Humanos divulgou nessa semana uma nota sobre o PNDH 3, respondendo as acusações feitas durante a campanha eleitoral. Leia mais em: <http://www.direitoshumanos.gov.br/2010/10/20-out-2010-nota-publica>

Ministério da Saúde institui Comissão de Saúde e Direitos Humanos

O Ministério da Saúde instituiu uma Comissão de Saúde e Direitos Humanos, que será uma instância para a elaboração de diretrizes, implementação e avaliação de uma política de saúde e direitos humanos. A portaria estabelece que as demandas relativas a saúde e direitos humanos, no âmbito do Ministério da Saúde, deverão ser obrigatoriamente levadas a conhecimento da Comissão. Mais informações em: <http://agendasociedadecivil.blogspot.com/2010/09/ministerio-da-saude-institui-comissao.html>

Oficina sobre Indicadores de Direitos Humanos

A Plataforma Dhesca irá participar, nos dias 28 e 29, de um evento sobre Indicadores e Índices de Direitos Humanos, promovido pelas organizações Social Watch, Observatório da Cidadania e INESC. Durante a atividade serão debatidos os resultados de uma pesquisa

desenvolvida sobre a construção e aplicação de índices de direitos humanos no nível sub-nacional.

Projeto Monitoramento realiza oficina para definir atuação do próximo período

O projeto Monitoramento em DH no Brasil realiza atividade nos dias 28 e 29, em Brasília, para a construção dos termos de referência que irão balizar a iniciativa no próximo período. Um dos objetivos do encontro é definir as referências para a realização das oficinas/audiências nos Estados para a construção do próximo Contra Informe da Sociedade Civil, entregue para o Comitê DESC da ONU durante suas sessões.

ICCO apresenta novo responsável pela América Latina

No dia 27 de setembro, a secretaria executiva da Dhesca participou, juntamente com MST, ISA, CEBI, Rede Social e CPI-SP, de uma reunião para apresentação do novo responsável da ICCO para a América Latina, Oscar Sanchez. Após apresentação dos projetos executados pelas organizações parceiras, foi informado que o processo de transição se completará até o fim de outubro, com a instalação completa do escritório da ICCO em La Paz. No bojo deste processo de descentralização, está prevista a instalação de três pontos de referência no Brasil, em Salvador/BA, nos seguintes temas: desenvolvimento econômico e social; juventude; e florestas e mudanças climáticas.

Coordenação da rede se reúne em Brasília

No dia 27 de outubro, próxima quarta-feira, a atual coordenação da Plataforma Dhesca Brasil irá se reunir para definir encaminhamentos e ações, a partir das resoluções discutidas durante a Assembléia Geral. Na pauta estarão assuntos como Projeto Trienal, Relatorias de Direitos Humanos, Projeto Monitoramento, PNDH 3, PIDHDD e Protocolo Facultativo do PIDESC. A atual coordenação da rede é composta por CFEMEA, INESC, Justiça Global, Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos e Terra de Direitos.

RELATORIAS DE DIREITOS HUMANOS

CIDADE: A Defensoria Pública da Bahia está criando o Núcleo de Proteção do Direito à Moradia, e realizou uma Audiência Pública, com a presença do relator Orlando Junior. O núcleo terá como foco promover o direito social à moradia e potencializar os processos de regularização fundiária de interesse social que demandem assistência e assessoria jurídica. [Leia mais em nosso site](#)¹.

:: A relatoria prepara ainda uma missão em Porto Velho (RO), entre novembro e dezembro, onde irá investigar os impactos causados pela construção da hidrelétrica no rio Madeira.

DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS: A Relatora Maria José de Araújo esteve em Belém, (PA) no início deste mês, para investigar a situação de mulheres privadas de liberdade e averiguar algumas denúncias feitas pelo movimento feminista local. A relatoria prepara nova incidência no tema, desta vez no estado de São Paulo, entre o final de outubro e o começo de novembro.

TERRA, TERRITÓRIO E ALIMENTAÇÃO: A Relatoria realizou, nos dias 15 e 16 de outubro, uma missão no sertão de Pernambuco e Bahia, onde investigou as ameaças sofridas por comunidades quilombolas, indígenas e assentamentos agrários com a construção de barragens e com a transposição do rio São Francisco. Durante a missão, a relatoria constatou também a ausência de políticas públicas para a titulação de territórios quilombolas e infraestrutura para os assentamentos, com visitas ao INCRA e Ministério Público.

O relator Sérgio Sauer recebeu diversas denúncias, entre elas a demora injustificada do relatório antropológico das comunidades indígenas Tumbalalá e Truká, os impactos sofridos pelas comunidades ribeirinhas com a barragem Riacho Seco e o não cumprimento de um acordo entre INCRA e Ministério da Integração, que em 2008 se comprometeu em fazer uma série de compensações às comunidades pela transposição do rio.

¹ http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=315:audiencia-publica-discute-criacao-do-nucleo-de-moradia-da-defensoria&catid=69:rok-stories

:: Nesse mês, a relatoria participou de reunião no Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, onde foi discutido e finalizado o relatório da missão de Vazanteiros, realizado em julho pela Comissão Especial de Alimentação Adequada do CDDPH, que investigou a situação de três comunidades quilombolas em Minas Gerais (Quilombo Lapinha e Comunidade de Pau Preto, em Matias Cardoso, e Pau de Léguas, em Manga). Além de sofrerem os impactos dos projetos agropecuários e de irrigação, as comunidades não podem fazer uso do território que tradicionalmente ocupam devido à criação de áreas de conservação ambiental. Com isso ficam espremidas em uma pequena faixa de terra, o que limita as condições de vida das quase 800 famílias da região. O relatório sobre a missão será lançado em breve.

O CDDPH planeja para novembro uma missão em São Paulo, nas aldeias indígenas do Jaraguá, e uma reunião colegiada em Campo Grande ou Dourados para dar visibilidade à violação de direitos humanos dos Kaiowas-Guaranis.

EDUCAÇÃO: A Relatoria pretende realizar a última parte da missão sobre Intolerância Religiosa no próximo mês em São Paulo. Um informe preliminar já foi lançado pela Relatoria, durante a Marcha Nacional pelas Liberdades Religiosas (http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=127&Itemid=154). Sobre a missão de Educação nos Presídios, a relatora Denise Carreira participou da palestra de abertura do Congresso Inberoamericano de Direito Penal, onde pode dialogar com vários setores dos Conselhos Nacional e Estaduais de Política Criminal e Penitenciária sobre o Relatório e a implementação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões.

:: Um novo tema que se apresentou para a relatoria foi a garantia do atendimento educacional em unidades hospitalares. A Relatoria entrevistou em uma denúncia na cidade de Curitiba, onde a Secretaria Municipal de Educação iria retirar do Hospital Pequeno Príncipe os professores que trabalham no atendimento educacional das crianças internadas. A relatoria solicitou a continuidade do atendimento.

MEIO AMBIENTE: A Relatoria está preparando o pré-lançamento do relatório sobre a extração de urânio em Caetité para o mês de novembro. O evento acontecerá em Salvador, mas ainda sem data definida.

PROTOCOLO FACULTATIVO DO PIDESC

Espanha é o primeiro país europeu a ratificar o Protocolo Facultativo do PIDESC

A Espanha ratificou, em setembro, o Protocolo Facultativo do PIDESC, tornando-se o primeiro país da Europa a aderir ao instrumento. O Protocolo irá permitir que as pessoas vítimas de violações dos direitos previstos pelo Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais busquem reparação através das Nações Unidas. Entre os direitos previstos pelo Protocolo estão o direito à moradia, alimentação, água, saúde, educação etc. O Protocolo foi adotado pela ONU durante a Assembleia Geral realizada em 2008 e abriu o processo de adesão os países desde setembro do ano passado. O mecanismo só poderá entrar em funcionamento quando 10 países o tiverem ratificado, mas até o momento apenas Espanha, Equador e Mongólia aderiram efetivamente o instrumento.

No Brasil, a FIAN realizou uma reunião no Itamaraty, que declarou estar estudando o Protocolo, mas ainda sem prazo de ratificação por parte do governo. A partir disso, a FIAN propôs o envio de uma carta para enfatizar a importância da ratificação pelo Estado Brasileiro.

:: Em nosso site, você pode baixar o arquivo traduzido do Protocolo Facultativo do PIDESC. [Acesse o link](#)².

DESTAQUES NO SITE

www.dhescbrasil.org.br

Informe brasileiro sobre educação não-sexista e anti-discriminatória deve ser lançado em novembro - O informe brasileiro sobre 'Educação Não Sexista e Anti-Discriminatória' deverá estar pronto até o fim de novembro e trará um diagnóstico regional a respeito da

² http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=101&Itemid=133

educação e das relações de gênero. A Relatoria de Educação integra a campanha e nesse mês foi uma das organizadoras de uma oficina de trabalho sobre o tema. [Leia mais](#)³.

Dom Erwin Kräutler recebe prêmio nobel alternativo - Dom Erwin Kräutler é um dos quatro ganhadores do Prêmio Right Livelihood 2010, um prêmio Nobel Alternativo, que honra o poder de mudança nas bases. [Leia mais](#)⁴.

EXPEDIENTE

Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca Brasil

Danilo Uler Corregliano: secretaria@dhescbrasil.org.br

Laura Bregenski Schühli (MTB 8405 – PT): comunicacao@dhescbrasil.org.br

Antônio C. Senkovski – estagiário de comunicação

Endereço: Secretaria Executiva da Plataforma Dhesca Brasil

Rua Des. Ermelino de Leão, 15, conj. 72 – Centro – CEP: 80410-230 – Curitiba/PR – Brasil

Tel: +55 (41) 3014-4651 - + 55 (41) 3232-4660

Acesse o site: www.dhescbrasil.org.br

³ http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=314:informe-brasileiro-sobre-educacao-nao-sexista-e-anti-discriminatoria-deve-ser-lancado-em-novembro&catid=69:rok-stories

⁴ http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=318:dom-erwin-kraeutler-recebe-premio-nobel-alternativo&catid=69:rok-stories